

AVISO

ABERTURA DE CONCURSO PARA ASSISTENTES OPERACIONAIS A TERMO RESOLUTIVO CERTO A TEMPO PARCIAL

Conforme o previsto na Portaria n.º83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º145-A/2011, de 6 de abril, torna-se publico que se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), o procedimento concursal comum para 7 postos de trabalho, quatro horas diárias, para a categoria de Assistente Operacional, para vigorar até 21 de junho de 2019.

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, aprovado pela Lei n.º25/2017, de 30 de maio, foi solicitado parecer prévio à entidade gestora da valorização profissional – INA, que declarou a inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional para os postos de trabalho a preencher.

- 1 – N.º de trabalhadores: Sete
- 2 – Local de trabalho: Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Real.
- 3 – Função: Os postos de trabalho a concurso caracterizam-se pelo exercício de funções na carreira e categoria de assistente operacional, nomeadamente:
 - a) Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didático e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo;
 - b) Efetuar, no interior e exterior, tarefas de apoio de modo a permitir o normal funcionamento dos serviços.
- 4 – Horário: 4h/dia.
- 5 - Remuneração ilíquida: €3,82 por hora. Acresce subsídio de refeição nos termos da legislação em vigor
- 6 – Duração do contrato: Até ao dia 21 de junho de 2019.
- 7 – Requisitos legais de admissão:
 - a) Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais nomeadamente:
 - i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
 - ii) 18 anos de idade completos;
 - iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;
 - iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
 - v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória;
 - b) Nível habilitacional exigido: escolaridade obrigatória ou de curso que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade 1;
 - c) Os candidatos deverão ser titulares da escolaridade obrigatória ou equivalente, podendo esta ser substituída por formação ou experiência profissional comprovada.

- d) Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira da área a concurso, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Real ou serviço idêntico ao posto de trabalho cuja ocupação é alvo do presente procedimento concursal.

8 – Os critérios de seleção são os seguintes: Avaliação Curricular (100%)

8.1 – A Avaliação Curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação literária (34%), a experiência Profissional (41%) e a Qualificação Profissional/Formação (25%). Para tal serão considerados e ponderados os seguintes elementos:

8.1.1 – Habilitação Literária – 20 valores para os portadores de escolaridade obrigatória, de acordo com a idade do candidato;

8.1.2 – Experiência Profissional – experiência no exercício de funções inerentes à categoria de acordo com a seguinte pontuação:

a) 20 valores – mais de 2 anos no exercício de funções em realidade social e escolar educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

b) 15 valores – experiência inferior a 2 anos e superior a 6 meses no exercício de funções em realidade social, escolar educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

c) 10 valores - experiência inferior a 6 meses no exercício de funções em realidade social escolar educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

d) 0 valores – nenhuma experiência em funções em realidade social escolar educativa no contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal.

8.1.3 – Qualificação Profissional/Formação – direta ou indiretamente relacionada com a área funcional a recrutar. Será valorada no mínimo de 10 valores a atribuir a todos os candidatos, à qual acresce até o máximo de 20 valores, o seguinte:

a) 10 valores – formação diretamente relacionada com a área funcional num total de 60 ou mais horas;

b) 8 valores – formação diretamente relacionada com a área funcional num total de 15 horas (ou mais) e menos de 60 horas;

c) 4 valores - formação indiretamente relacionada num total de 60 ou mais horas;

d) 2 valores - formação indiretamente relacionada num total de 15 horas (ou mais) e menos de 60 horas;

9 – Prazo de candidatura: 10 dias úteis, a contar do dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP) até dia 08/02/2019.

10 – As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, sob pena de exclusão, mediante preenchimento de formulário próprio da escola podendo ser obtido junto dos serviços de administração escolar da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Real e entregue no prazo de candidatura, pessoalmente, nas instalações desta, ou enviadas pelo correio para a morada identificada no n.º2 do presente Aviso, em carta registada, com Aviso de Receção, dirigida à Diretora da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Real.

11 – Os formulários de candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos: Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão; Certificado de

habilitações literárias; Curriculum Vitae datado e assinado; declarações da experiência profissional; certificados comprovativos de formação profissional.

12 – Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para os efeitos de admissão ao concurso os candidatos com deficiência devem declarar sob compromisso de honra o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.

13 – As falsas declarações prestadas pelos candidatos implicam a exclusão deste procedimento concursal e serão punidas nos termos da Lei.

14 – Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

15 – Composição do Júri:

- a) Presidente – Paulo Eduardo Correia Pomar Santos, Subdiretor;
- b) Vogais Efetivos: Márcio Silva Pontes, Adjunto da Direção e Armando Marta, Encarregado Operacional dos Assistentes Operacionais;
- c) Vogais Suplentes: Rosa da Conceição Abreu Mendes, Adjunta da Direção e Cristina Lopes, Coordenadora Técnica dos Serviços Administrativos;
- d) O presidente de júri será substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos vogais efetivos;

16 – Nos termos da alínea t) do n.º 3 do artigo 19º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, os critérios de apreciação e de ponderação dos métodos de seleção, bem como o sistema de classificação final dos candidatos, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam das atas das reuniões do júri do procedimento, as quais serão facultadas aos candidatos, no prazo de 3 dias úteis, sempre que solicitadas.

17 – A Ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção.

17.1 – Critério de desempate:

17.1.1 – Em caso de igualdade de valoração os critérios de desempate a adotar são os contantes do n.º 1, do artigo 35º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

17.1.2 – Para efeitos da alínea b), n.º 1, do artigo 35º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, e nos termos do n.º 3, do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, neste procedimento concursal o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sob qualquer outra preferência legal.

17.1.3 – A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela Lei como preferencial, é efetuada, de forma decrescente, tendo por referência pelo candidato de maior idade.

18 – A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação da Diretora da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Real é afixada nas respetivas instalações em local visível e público e disponibilizada na página eletrónica da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Real.

Nota: Este concurso é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar 2018/2019.

25 de janeiro de 2018. – A Diretora, Helena Isabel Costa Correia.